

SINDICALISMO PRAGMÁTICO DOS BANCÁRIOS DO SÉCULO XXI

Syndicalism Active Bank Clerk of the Century XXI

Ivan Jairo Junckes^(*)

RESUMO: Este artigo discute alguns fatores explicativos das transformações no sindicalismo bancário após a reestruturação do sistema financeiro nos anos noventa no Brasil e analisa os desdobramentos das táticas adotadas por estes trabalhadores organizados nos primeiros anos do século XXI. Fazem parte da análise a redução intensa do emprego formal nos bancos, a seletividade da representação sindical e a segmentação de classe entre os trabalhadores em bancos, a preservação de elevadas taxas de sindicalização nos sindicatos dos bancários, a constituição de grandes máquinas sindicais metropolizadas e a prestação de serviços mercantis, a profissionalização dos gestores sindicais e a substituição dos trabalhadores por dirigentes ou terceiros na ação direta de mobilização e protestos. Conjugadas diversas táticas de organização, os sindicatos dos bancários sobreviveram à crise sindical dos anos noventa, ajustaram-se aos desafios da reestruturação financeira e reorientam a representação dos múltiplos interesses dos trabalhadores integrados aos objetivos estratégicos das corporações financeiras, contribuindo para a conflituosa ampliação da subordinação real do trabalho no capital. O artigo é composto de quatro seções. A primeira seção se refere às transformações do setor bancário e seus impactos sobre o emprego. A segunda seção compreende uma análise das mudanças enfrentadas pelos sindicatos dos trabalhadores bancários e as estratégias definidas, enquanto a terceira seção se dedica aos impasses que emergiram trabalhadores do sistema bancário após as transformações verificadas no setor e no sindicato dos trabalhadores. Por último, as conclusões.

Palavras-chave: Sindicalismo, Bancários, Sistema Financeiro, Trabalhadores.

ABSTRACT: This article argues some clarifying factors of the transformations in the bank workers Union after the reorganization of the financial system in the nineties in Brazil and analyzes the unfoldings of the tactics adopted for these workers organized in the first years of century XXI. Compose the analysis the intense reduction of the formal job in the banks, the selectivity of the syndical representation and the class segmentation enters the workers in banks, the preservation of raised taxes of syndicalization in the unions of the banks, the constitution of great metropolizadas syndical machines and the mercantile rendering of services, the professionalization of the syndical managers and the substitution of the workers for controllers or third in the direct action of mobilization and protests. Conjugated diverse tactics of organization, the workers Union adjusted to the challenges imposed by the re-structuring, they survived to the syndicate crisis in the nineties and give new directions to represent workers multiple interests integrated to the strategic aims of the financing corporations, contributing to the conflicting amplification of the real subordination of the work in the capital. The article is composed of four sections. The first section relates to the transformations of the banking sector and its impacts on employment. The second section presents an analysis of the changes faced by the bank workers trade union and the defined strategies, while the third section is dedicated to the impasses that emerged among the bank workers after the transformations verified in the sector and the trade union. Finally, the conclusions.

Key-words: Unionism, Bank Workers, Financial System, Workers.

(*) Professor Doutor da Universidade Federal do Paraná — UFPR. E-mail: <ivanjj@uol.com.br>.

Quando iniciadas as grandes ondas de demissão nos bancos brasileiros, no início dos anos noventa, poucos bancários imaginaram a sua categoria formalmente reduzida à metade até o final da década, as poucas expressões nesse sentido foram consideradas exageros do pessimismo. Em poucos anos, o temor tornou-se frequente ante a curva descendente do emprego bancário associada às crescentes dificuldades para restaurar as mobilizações que haviam marcado a década anterior. Entretanto, os bancários terminaram o século com todos os seus sindicatos abertos, sustentando uma das maiores taxas de sindicalização setorial entre os trabalhadores organizados nacionalmente, sem a pulverização de entidades observada noutras categorias, com suas máquinas sindicais crescendo e ainda assustando o país com algumas campanhas que expuseram as fragilidades geradas pela terceirização dos serviços em bancos. Perguntamo-nos pois: quais são as determinantes da sobrevivência do sindicalismo bancário? Quais as lições e reflexões desta trajetória?

Sabemos que tal desfecho dependeu da organização primária do trabalho no capital e de um complexo arcabouço regulatório, os quais compõem a todo tempo o espaço de interação e constituição de outros dois fatores próprios do movimento sindical que precisam também ser considerados permanentemente: as formas de subsunção do trabalho no capital legitimadas pelos trabalhadores e a intensa ampliação do reconhecimento externo institucional de seus sindicatos. Dada a impossibilidade de abordarmos todos esses fatores, neste breve artigo estão selecionados para discussão três dos fatores constitutivos da flexibilidade pragmática apresentada pelos bancários durante a década de noventa e nos primeiros anos do século XXI: a concentração estrutural e a seletividade funcional da organização sindical, a prestação de serviços e a profissionalização nas máquinas sindicais, e as mobilizações e protestos com baixa exposição dos trabalhadores bancários aos riscos inerentes às lutas sociais.

1. CONCENTRAÇÃO ESTRUTURAL E SELETIVIDADE FUNCIONAL

A estrutura de emprego no sistema financeiro foi redesenhada nas últimas décadas pelo movimento global de reterritorialização dos controles da produção e pela consequente metropolização das finanças em cidades-nós da informacionalização do trabalho, tal qual descrito em *Castells* (1999). Esses fatores implicaram um novo perfil do sistema bancário brasileiro caracterizado pela concentração de capital, pela centralização da capilarização direta e intensificação da capilarização indireta. Somaram-se a essas condições estruturais as políticas de ajuste monetário e controle inflacionário, as políticas gerais de desregulamentação e precarização das condições gerais do trabalho, especialmente propulsoras dos processos de terceirização da força de trabalho, tal qual detalhado em *Baltar et al.* (2006) e *Gonçalves et al.*:

... os bancos conseguiram implementar importantes mudanças na forma de gestão da mão de obra e de reorganização do trabalho bancário, apesar de toda a tradição de luta e organização da categoria. Por exemplo, houve transformações significativas em aspectos centrais da regulamentação do emprego sem passar pela negociação

com o sindicato, tais como: a intensificação do ritmo de trabalho, o trabalho comissionado de 8 horas, o processo de despedida dos empregados e a terceirização. As medidas destacadas evidenciam as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo em contrapor-se ao processo de ajuste ocorrido no setor nos anos 90. (GONÇALVES *et al.*, 2006, p. 114)

A aguda redução no estoque geral do emprego bancário apresenta uma correspondência positiva, embora em taxas muito mais elevadas, com a variação geral do estoque de empregos formais no Brasil. Entre 1990 e 2000, o país reduziu em 10% o número absoluto de empregos enquanto os bancários apresentaram índice negativo de 51,2%, passando de 802.451 para 390.986 entre 1989 e 2001 (CAGED/MTb). Entretanto, os dados referentes aos bancários correspondem àqueles empregos perdidos diretamente em estabelecimentos bancários, pois a variação no estoque do emprego dos diversos outros segmentos do sistema financeiro, aqueles empregos considerados não bancários⁽¹⁾, aponta um crescimento de 7,4% entre 1990 e 2000, passando de 140.464 para 150.988 respectivamente. Adicionalmente esses dados não incluem pelo menos 170.000 trabalhadores em empresas terceirizadoras de força de trabalho (FENABAN/FEBRABAN, 1994, p. 5), ou outros milhares em correspondentes bancários, que atuam no sistema executando serviço tipicamente bancário. A redução ocorrida no estoque geral do emprego especificamente bancário no Brasil pode ser observada no quadro a seguir:

Tabela 1 — Variação do estoque estimado de empregos no setor financeiro^(*) entre 1989 e 2001 — Brasil por região natural

	Brasil	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
1989	802.451	472.015	151.948	100.797	55.114	22.579
1991	712.178	410.279	141.320	91.006	50.598	18.974
1993	664.249	379.202	135.089	84.282	48.406	17.270
1995	589.922	332.478	124.335	73.525	44.298	15.287
1997	476.144	267.212	104.447	55.813	36.502	12.171
1999	400.091	241.899	68.206	48.116	29.662	12.208
2001	390.986	236.009	67.035	43.805	32.225	11.912
Varição absoluta	-411.465	-236.006	-84.913	-56.992	-22.889	-10.667
Varição %	-51,2	-49,9	-55,8	-56,5	-41,5	-47,2
Média particip.	X	58%	20%	12%	7%	3%

Fonte: CAGED/MTb (Lei n. 4.923/65), médias anuais.

Elaboração: DIEESE — Linha Bancários/Suplementação Ivan Jairo Junckes.

(*) Bancos Múltiplos, Comerciais, de Investimento e Caixas Econômicas.

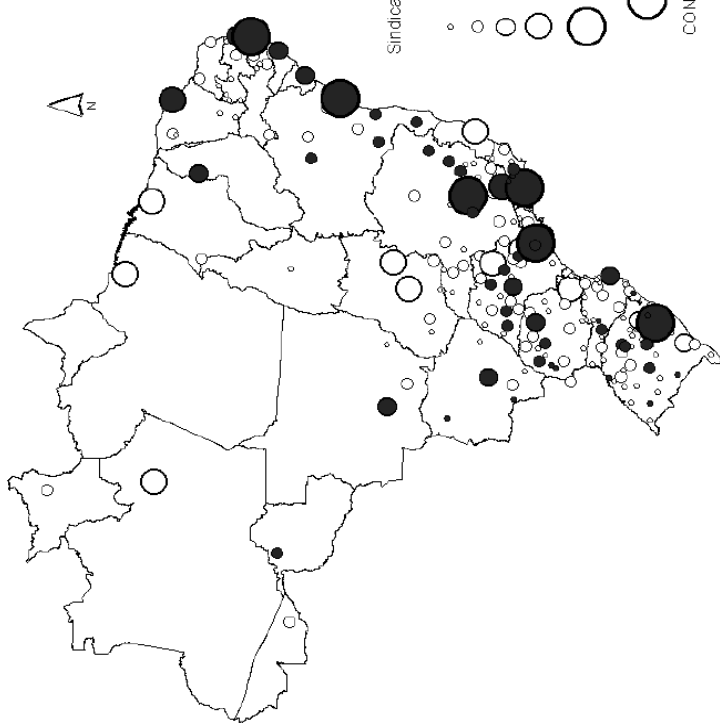
(1) Assim considerados as Cooperativas de Crédito, Bancos de Desenvolvimento, Crédito Imobiliário, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Arrendamento Mercantil, Agências de Desenvolvimento e outras atividades que seguem a Classificação Nacional de Atividade Econômica de 1995/IBGE.

A análise dos dados da Tabela 1 demonstra uma semelhança nos níveis de variação negativa entre as regiões geográficas, exceto a região Centro-Oeste, onde proporcionalmente a redução de empregos bancários foi menor. Observada a participação relativa das regiões no estoque do emprego bancário, pode-se constatar que a região sudeste concentrou em média 58% do total dos trabalhadores formalmente empregados em bancos entre 1989 e 2001, seguida pela participação da região sul em torno de 20%, enquanto as demais regiões somam os restantes 22% , dos quais 12% são referentes à região nordeste.

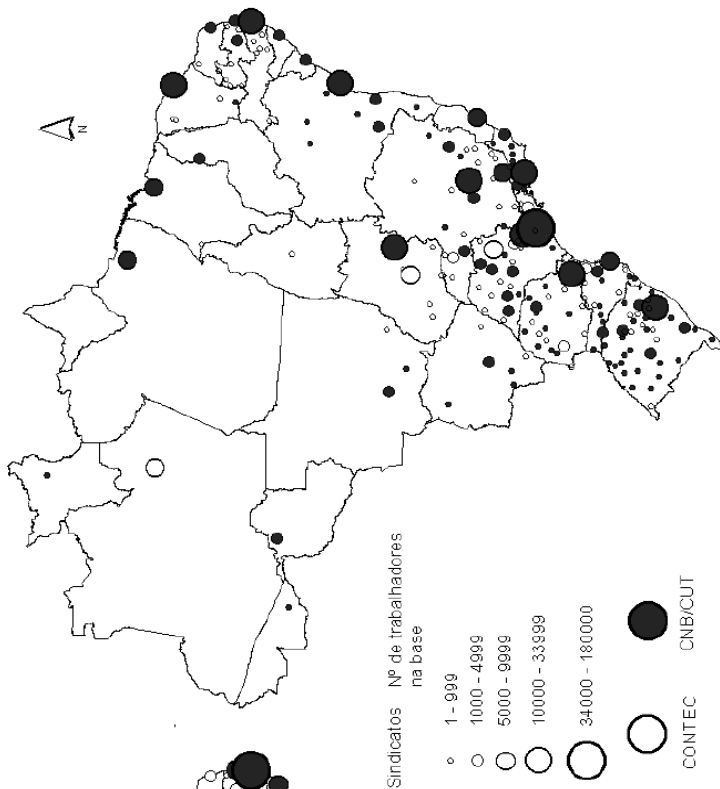
Embora a participação relativa das regiões, respectivamente concentrada na região sudeste, apresente variações pouco expressivas ao longo do período, estudos do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos — DIEESE (2000) também apontam a concentração intrarregional dos empregos formais do sistema financeiro em virtude da canalização de recursos materiais, tecnológicos e humanos para regiões cujo potencial de retorno seja mais elevado. A concentração é tão acentuada que apenas cinco regiões metropolitanas do centro-sul do país concentraram durante a década de noventa metade do estoque de empregos bancários e apresentam ainda tendência de continuação dessa progressão.

A aguda redução no estoque formal do emprego bancário e sua metropolização nos anos noventa tiveram impactos diretos sobre a o porte das instituições sindicais, tal qual pode ser observado nos mapas de que seguem:

MAPA 01 - ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 1991



MAPA 02 - ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 2001



Sindicatos Nº de trabalhadores na base

- 1 - 999
- 1000 - 4999
- 5000 - 9999
- 10000 - 33999
- 34000 - 180000

○ CONTEC CNB/CUT

500 0 500 KM

FONTE: Relatório CNB/CUT, Relatório de Descrtoio Assistencial 2001/2002, FENABAN e www.ibge.gov.br/citaiates@
 ELABORAÇÃO: Wilson Silva Junior
 SUPERVISÃO: Ivan Jairo Juncões

Além da brusca redução no porte de todos os sindicatos, destaca-se nos mapas anteriores o predomínio obtido pelos sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Bancários da CUT — CNB/CUT, entidade precursora da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro — CONTRAF⁽²⁾. Nos sindicatos de base, as chapas apoiadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — CONTEC foram sistematicamente derrotadas pelos movimentos de oposição bancária apoiados pelo Departamento Nacional dos Bancários da CUT, precursor da CNB/CUT, os quais seguiram o princípio cutista de conquistar os sindicatos “por dentro” da ordem corporativista.

Embora o número de trabalhadores na base dos sindicatos apresente drástica redução, implicando diretamente uma profunda mudança no porte dessas instituições, o número absoluto de sindicatos foi pouco alterado no período, conforme demonstrado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 — Sindicatos por número de bancários na base 1991 — 2001

Grupo de sindicatos por base sindical	Número de sindicatos por grupo (1991)	Número de sindicatos por grupo (2001)
Mega (+ 34.000)	06	01
Grandes (10.000 - 33.999)	13	09
Médios (5.000 - 9.999)	11	10
Pequenos (1.000 - 4.999)	75	41
Micro (até 1.000)	86	144
Total de sindicatos	191	205

Fonte: Relatórios internos da Confederação Nacional dos Bancários da CUT — CNB/CUT; CCT 2001/2002 CNB/CUT e FENABAN; CCT CONTEC e FENABAN 2001/2002; Relatório do desconto assistencial 2001 CONTEC-FENABAN, IBGE/Cidades, IBGE (2002) Tabelas 7 e 11; e CAGED/MTb 1991-2001.

Elaboração: Ivan Jairo Junckes.

A estabilidade apresentada no número absoluto de sindicatos, tendo passado de 191 para 205 entre 1991 e 2001, resultou da relativa coesão obtida entre forças políticas do movimento sindical bancário para evitar a pulverização observada no país em outras categorias, onde o número de sindicatos de trabalhadores passou de 7.612 em 1992 para 11.354 em 2001 (+ 49,1%), fenômeno estimulado pela deletéria combinação que preservou o imposto sindical e liberou o registro de frações das elites sindicais para obtê-lo a qualquer custo. Neste período, tanto a CONTEC quanto a CNB/CUT poucas vezes tomaram a iniciativa de criação de uma nova entidade sindical na base de um sindicato de bancários controlado pela força adversária.

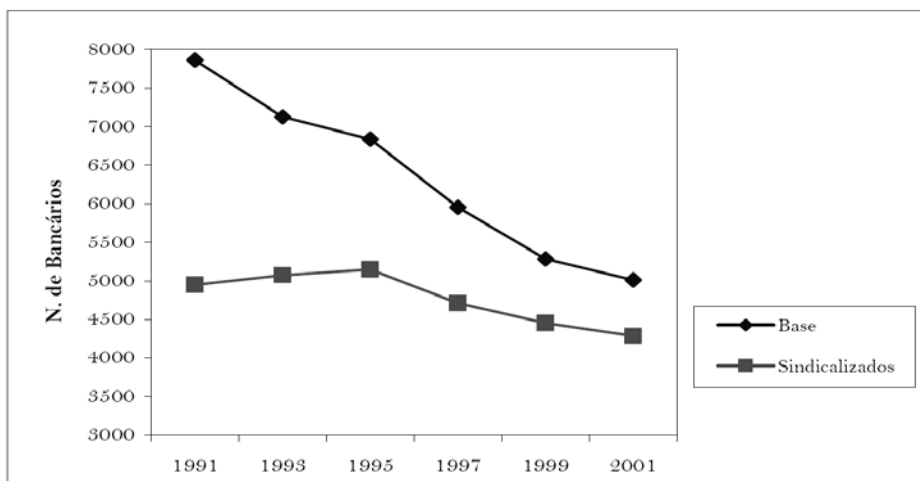
A redução da base dos sindicatos pela metade, conforme Quadro 1 e Mapas 1 e 2, afetou de forma muito desigual os grandes e os pequenos sindicatos. Os maiores sindicatos

(2) Em janeiro de 2006 a Confederação Nacional dos Bancários da CUT — CNB/CUT tornou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro — CONTRAF. Optou-se por manter o nome da instituição relativo ao período de referência para os estudos.

continuaram grandes o suficiente para desenvolver mecanismos de sustentação orgânica; entretanto, os micros e pequenos enfrentaram, e continuam enfrentando, condições críticas de sobrevivência. O Sindicato dos Bancários de São Paulo continuou sendo um dos maiores sindicatos de trabalhadores do mundo com 100.730 trabalhadores na base e 68.535 sindicalizados⁽³⁾, representando aproximadamente 25% dos bancários do país. Situação esta que sofreu pouca alteração nos anos seguintes também nos dezenove outros grandes e médios sindicatos que juntos representavam 44% dos bancários brasileiros e apresentavam a média de 9.400 trabalhadores na base. Entretanto, os demais 185 micro e pequenos sindicatos abrangiam a representação formal de apenas 31 % dos bancários, apresentando uma média de 648 bancários em suas bases, alguns cujo número de sindicalizados não ultrapassava algumas poucas dezenas.

Além da metropolização dos sindicatos, outro fator a ser analisado é a manutenção apenas relativa dos índices de sindicalização nestas entidades. Mesmo apresentando elevadas taxas de sindicalização⁽⁴⁾, os bancários apresentam perda progressiva na sindicalização absoluta conforme pode ser observada na situação expressa no gráfico a seguir:

Gráfico 1 — Evolução do número de bancários na base e número de filiados no Sindicato dos Bancários de Florianópolis (SC) e Região entre 1991 e 2001



Fonte: Confederação Nacional dos Bancários da CUT — CNB/CUT e SEEB Florianópolis (SC).
Elaboração: Ivan Jairo Junckes.

Observa-se, no Gráfico acima, uma trajetória que é representativa da maioria dos sindicatos de bancários no país independente do tamanho da base: um duplo movimento de preservação e elevação progressiva da taxa de sindicalização, dado pela aproximação

(3) Dados fornecidos pela Secretaria Geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo — SEEB/SP referente a dezembro de 2001.

(4) Comparativamente a taxa média de sindicalização dos bancários manteve-se a mais elevada entre todas as categorias abrangidas pela Pesquisa Sindical realizada pelo IBGE (2002): 69,8% enquanto a taxa média de sindicalização dos trabalhadores urbanos empregados em 2001 era de 29% apenas.

das duas linhas, conjugado com uma redução continuada da sindicalização absoluta a partir de 1995, fundamentalmente determinada pela queda na quantidade de empregos estritamente bancários mantidos na base do sindicato.

Explorando o contraditório de perdas absolutas tão elevadas e sobrevivência das taxas de sindicalização, *Cardoso (2003)* aponta para a tática de fechamento associativo com o objetivo de preservar alguns benefícios daqueles trabalhadores formalmente enquadrados na representação sindical e acusa o relativo abandono das categorias mais frágeis aos efeitos da precarização da força de trabalho, tal qual também pode ser constatado nos estudos comparativos de *Krein e Gonçalves (2005)* sobre os bancários e não bancários. Tal dinâmica é amplamente confirmada em entrevistas com dirigentes e análise documental comparativa entre os acordos coletivos firmados pelos sindicatos dos bancários e os acordos, ou a simples ausência deles, negociados nos 779 sindicatos de empregados de agentes autônomos do comércio — onde se enquadram os empregados de processamento de dados, de segurança e vigilância, de serviços contábeis e de empresas de trabalho temporário — e de empregados em turismo e hospitalidade — onde se enquadram os empregados em empresas de asseio e conservação. Juntos esses sindicatos representam milhares de trabalhadores que mesmo exercendo suas atividades permanentemente em instituições bancárias não são considerados bancários, consolidando “as relações de emprego encobertas” assim consideradas por *Cacciamali*:

Adicionalmente, dentre outros aspectos, desejamos destacar o resultado perverso sobre a coesão social desse modelo. A organização do trabalho, que se desenvolveu paulatinamente ao modelo de acumulação nesta etapa do capitalismo mundial, dissimula os vínculos de solidariedade entre os empregados, pois embora eles estejam submetidos a um único empregador, a diferenciação dos contratos dificulta o desenvolvimento da consciência de pertencimento ao mesmo grupo, ou mesmo a sua identificação social. Isto se dá inclusive porque as condições objetivas de trabalho (salário, horas, benefícios etc.) são distintas, assim como as condições subjetivas, devido à maior insegurança laboral dos empregados subcontratados. Essa segmentação dos processos de trabalho restringe, quando não anula, a ação sindical, ou mesmo obstrui a busca e ações que superem a degradação das condições de trabalho. (CACCIAMALI, 2005, p. 73)

Ante todas as alterações na base do emprego em bancos, os bancários, seus dirigentes e o conjunto da categoria preservaram nos quadros sindicais o núcleo integrado dos trabalhadores formalmente empregados nas instituições bancárias. Tal escolha tática implicou a acentuada dessindicalização absoluta, a metropolização do sindicalismo bancário e a generalização de uma maioria numérica de microssindicatos com reduzida capacidade operacional. Agravaram-se assim as diferenças anteriores entre o porte e a capacidade operacional dos sindicatos; entretanto, mantiveram-se elevados os índices de sindicalização relativa, esgotando-se conseqüentemente o universo de sindicalizáveis. Neste contexto, as maiores entidades desenvolveram mecanismos de reconhecimento e sobrevivência orgânica baseados na prestação de serviços e campanhas institucionais que indicam a adoção de complexos recursos de ajustamento pragmático aos desafios vividos no mundo do trabalho.

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROFISSIONALIZAÇÃO NAS MÁQUINAS SINDICAIS

Premidos pela redução do emprego estritamente bancário e limitados pela tática de seletividade adotada na relação com os demais trabalhadores no sistema financeiro, os sindicatos dedicaram-se intensamente para manter as elevadas taxas de sindicalização entre aqueles formalmente empregados em bancos. Com esta perspectiva associadas a outros fatores, tais quais a queda geral da mobilização sindical na década do neoliberalismo e as alterações nos referenciais identitários dos bancários ocorrido após a desnacionalização do sistema, muitos dos dirigentes oriundos dos movimentos de oposição bancária tornaram-se hábeis promotores de serviços sindicais e gestores arrojados de elevados patrimônios reconstituídos após as desgastantes ações de protesto dos anos oitenta⁽⁵⁾. Defendendo a necessidade de adaptabilidade dos sindicatos aos “novos tempos” um dirigente sindical dos mais expressivos da categoria, que se definiu como “um babyssauro porta-voz das novas mentes do sindicalismo”, resume em entrevista a sua orientação geral:

... nós temos que ter política organizada para esse “novo” bancário que está aí e temos trabalhado bem nesse sentido, então não adianta xingar o banco, o *Citicorp*, o imperialismo, e etc. O trabalhador está lá, gosta de trabalhar lá, quer fazer carreira lá, tem um salário diferenciado e não quer que o sindicato ameace isso tudo expondo ele de qualquer jeito. Nós temos que discutir o dia a dia desse trabalhador e ver como o sindicato pode ser útil para ele, o que ele precisa realmente do sindicato e isso é simples, é o que todo o mundo tá fazendo senão esse cara vai procurar outro lugar pra ele e a empresa tá de braços abertos pra ele... e nós onde é que vamos ficar, só fazendo discurso?

Dentre os argumentos utilizados com maior frequência para convencimento dos bancários à filiação sindical, além do reforço da luta por direitos, podemos constatar os serviços jurídicos, os convênios, a capacitação profissional e o lazer proporcionado pelos espaços sindicais⁽⁶⁾. Analisando as matérias publicadas na Folha Bancária — FB, órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo — SEEB/SP⁽⁷⁾, a vinculação positiva entre a sindicalização e um ou mais desses recursos oferecidos pelo sindicato aos filiados está presente pelo menos em 337 das 418 edições pesquisadas, o que evidencia uma política sistemática de fechamento social e promoção da sindicalização vinculada a benefícios diretos e imediatos para o sindicalizado⁽⁸⁾. Trecho de uma matéria que vinculam os serviços jurídicos à sindicalização demonstra essa tática sindical:

O departamento jurídico do Sindicato só moverá ações trabalhistas, coletivas e individuais, para sindicalizados. O objetivo da medida é valorizar as contribuições do

(5) Raras são as referências de mudanças nesse sentido observadas nas publicações de sindicatos ligados à CONTEC ou nas entrevistas realizadas com seus dirigentes, compreensível coerência pois as suas práticas sindicais nas últimas décadas estiveram associadas justamente ao assistencialismo e patrimonialismo sindical.

(6) Segundo a Pesquisa Sindical IBGE (2002), 52% dos sindicatos de trabalhadores urbanos no país oferecem os mesmos serviços disponibilizados pelos sindicatos dos bancários, pela ordem: jurídico (77%), convênios (45%), formação profissional (39%) e lazer (39%), além de outros que ocupam ordenamento diferenciado.

(7) A tiragem da FB durante os anos pesquisados variou entre 120 mil exemplares no primeiro período e 80 mil exemplares no segundo, mantendo a média de tiragem diária no primeiro período, 1997-1999, e de 3,6 números entre segunda e sexta-feira no segundo período, 2000-2002.

(8) O recurso da premiação individualizada por sindicalização também é amplamente utilizado nos maiores sindicatos (o sindicalizado pode ser premiado com aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, viagens e até um automóvel, tal qual ocorrido em agosto de 2006 no Sindicato dos Bancários de São Paulo), entretanto não vou tratar disso neste texto.

sócio e evitar perda de tempo com processos que têm pouca chance de obter julgamento favorável, pois muitas vezes a Justiça não considera o Sindicato representante dos não associados (*Folha Bancária*, 2.9.1997).

A partir de 1999, tornou-se frequente também a cobertura jornalística promocional das decisões judiciais favoráveis às petições sindicais e a entrega de cheques de pagamentos de indenização por reclamatória trabalhista passou a ser motivo de divulgação festiva com a presença dos diretores mais importantes da entidade e mesmo convidados ilustres. A mesma referência aos benefícios proporcionados pelas reclamatórias judiciais foi confirmada em vários sindicatos pesquisados e pode ser considerada a prática mais frequente entre os sindicatos de bancários para convencimento à filiação sindical. Tal dinâmica é consequência direta, e bastante previsível, da acentuada demanda apresentada pelos trabalhadores em função do descumprimento generalizado da regulamentação trabalhista por parte dos bancos e das demais mazelas na regulação processual civil perpetuadas pelo judiciário brasileiro.

As recorrentes referências, nos impressos sindicais, aos convênios, os quais proporcionam principalmente descontos ou outras facilidades de atividades mercantis aos sindicalizados, evidenciam o apelo sindical cotidiano aos seus benefícios para reforço da sindicalização⁽⁹⁾. Dentre as centenas de oportunidades de convênios proporcionados aos associados, pode-se apontar uma considerável diferença entre aqueles estabelecidos pelos grandes sindicatos das áreas metropolitanas e os pequenos e microssindicatos. Entre os primeiros, preponderam descontos e facilidades em centros de capacitação profissional, cursos de faculdades, cursos técnicos de informática e matemática ou gestão financeira, línguas, escritórios de profissionais liberais, clubes de recreação, academias de atividades corporais, clínicas médicas, dentárias e de estética; enquanto entre os demais podem ser observados com maior frequência convênios com pequenos comerciantes locais, tais como farmácia, restaurantes e lojas de vestuário. Algumas iniciativas denotam o acentuado esforço para oferecer atrativos aos sindicalizados, tais como um desconto na compra de um botijão de gás mediante vale de R\$ 0,83 a ser solicitado na sede do sindicato, e descontos em conserto de pneu de bicicleta, banho e tosa em *pet-shop*, nas três primeiras sessões de bronzeamento artificial ou ainda um adicional de detergente no aluguel de pressurizador de água para limpeza doméstica.

Além dos serviços jurídicos e dos convênios, também a capacitação profissional passou a ser uma preocupação permanente nos maiores sindicatos. Dezenas de cursos⁽¹⁰⁾, organizados em centros de formação profissional, são oferecidos aos sindicalizados com custos parcialmente suportados por recursos diretos do sindicato ou por financiamento público para essas atividades⁽¹¹⁾. A correspondência entre a motivação à sindicalização e a promoção

(9) Quando observadas cada uma das sentenças publicadas nas 418 edições da *Folha Bancária* do SEEB/SP, constata-se a paridade de vínculos entre a expressão *sindicato e direitos* e entre *sindicato e descontos e cursos*, presentes em pelo menos mil frases nas edições pesquisadas, representando assim uma média de três citações, respectivamente, em cada edição na qual se verificam.

(10) Matemática financeira, contabilidade, análise de crédito, *telemarketing*, mercado financeiro e de capitais, cobrança de créditos, oratória, *gestão empresarial*, *marketing* pessoal e de vendas, administração financeira e idiomas.

(11) Em 2002, o Sindicato dos Bancários de São Paulo — SEEB/SP mantinha o Centro de Formação Profissional, o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, o Instituto Educacional dos Bancários — IEB, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, o Centro Bancário de Formação e Qualificação Profissional e os demais sindicatos grandes e médios mantêm iniciativas no mesmo sentido.

de cursos de capacitação pode ser verificada em pelo menos 132 das 418 edições da *Folha Bancária* analisadas, e a referência direta aos cursos oferecidos consta em 358 delas, evidenciando a preocupação continuada com a qualificação dos sindicalizados. Esse mesmo recurso de associação pode ser verificado também nos demais sindicatos médios e grandes no país, ocupando, em alguns períodos, considerável parcela da agenda sindical.

A análise estruturalista do sindicalismo, notadamente realizada por *Offe* (1994), aponta como condição elementar nas estratégias de organização de classes o desenvolvimento de mecanismos de elevação do preço geral da força de trabalho, mediante a aquisição de habilidades e qualificação específica, para proteção dos interesses dos trabalhadores. Um forte contraditório se estabelece porque entre as habilidades a serem aprimoradas geralmente se encontram aquelas destinadas a ampliar a produtividade, classicamente um mecanismo redutor da participação do trabalho vivo na produção. Tal dinâmica alimenta um ciclo pleno de contradições que são facilmente reveladas nas experiências imediatas daqueles trabalhadores que buscam recursos avançados de conhecimento para ampliar sua capacidade de gestão do capital e, mais especificamente, a gestão de uma parcela do capital disputada exclusivamente entre capitalistas, como é o caso da administração do juro bancário.

Poucos analistas críticos desse processo poderiam crer que no cumprimento de seu papel estrutural, o dever de defender legitimamente os interesses dos assalariados, as entidades sindicais evidenciassem tanto as contradições desse processo, tal qual pode ser observado no enunciado publicitário de um curso de gestão empresarial realizado por um sindicato de bancários:

Gestão Empresarial sob um Olhar Financeiro, centrado em Análise de Investimentos em Projetos e Avaliações de Empresas, tem como objetivo principal capacitar o indivíduo participante a adquirir desenvoltura e conhecimento nos princípios básicos da administração financeira bem como capacitá-lo a determinar seus custos, despesas, receitas e pôr fim em seu ponto de equilíbrio gerencial financeiro e estudos de políticas de investimentos. *Público-alvo*: Empresários, assessores e analistas financeiros, gerentes, administradores, investidores, executivos, ou seja, pessoas empreendedoras⁽¹²⁾.

As oportunidades de lazer proporcionadas pelos sindicatos constituem outro importante recurso de motivação à sindicalização. São espaços de exibição e oficinas de cinema, teatro, música, chácaras recreativas, organização de viagens e passeios promovidos ou incentivados pelos sindicatos, em grande parte associados aos convênios em que os sindicalizados pagam menos.

As práticas sindicais relatadas até aqui podem ser observadas também em centenas de sindicatos de outros grupos profissionais, guardadas as especificidades, e fazem parte do cotidiano sindical, menos desenvolvidas e menos contraditórias evidentemente, há décadas. Entretanto, algumas categorias de trabalhadores, entre elas os bancários, têm atualizado experiências que aparecem em alguns momentos na história do sindicalismo, tal qual o crédito mútuo e as incorporações habitacionais, e que merecem uma reflexão crítica sobre seu papel na institucionalização sindical e participação nos circuitos de gestão do capital.

(12) Texto extraído de *folder* promocional do Centro de Formação Profissional do SEEB/SP, também disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/profissionalcursos.asp?c=9>> Acesso em: 2002 e 2006.

Com atividades iniciadas em janeiro de 2001, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo — BANCREDI foi comunicada à categoria como um serviço “dentro da proposta do Sindicato Cidadão”⁽¹³⁾ e durante mais de uma ano, evidenciando-se como uma prioridade da diretoria dos bancários, foi objeto de pelo menos uma matéria a cada três edições da Folha Bancária com manchetes geralmente semelhantes a “Ganhe mais e pague menos: Cooperativa garante rendimento maior e empréstimo com juro menor”! A mesma alquimia econômica prometida na manchete do jornal sindical em julho 2001 também podia ser observada em julho de 2006 na página eletrônica da organização⁽¹⁴⁾ que contava então com 3.040 cooperados:

As concessões dos Empréstimos são de alta competitividade em relação ao mercado, visando contribuir e facilitar a vida do cooperado. (...) Nosso objetivo é praticar o crédito solidário, de trabalhador para trabalhador... Tudo isso sem deixar de proporcionar rendimentos melhores que os do mercado.

Experiência semelhante tem sido vivida pelos bancários de Curitiba, com a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro — COOPCREFI, coordenada e sediada no Sindicato dos Bancários de Curitiba, assim como ocorre com Cooperativa de Crédito Mútuo dos Bancários de Juiz de Fora.

Tal qual constituídas, as cooperativas de crédito envolvem os sindicatos diretamente nos circuitos de valorização-especulação financeira contemporânea, pois em todas estas iniciativas a gestão da expectativa de retorno dos investimentos implica a mobilização de todos os estratos de classe envolvidos na condição de capital-dinheiro e, portanto, indiferentes às suas origens todos os envolvidos no processo se convertem em poupadores propulsores da dinâmica histórica do crédito, ou seja, a geração de riqueza fictícia. Essa característica estrutural, detalhada em *Harvey* (1990), estará inevitavelmente presente em qualquer gestão de experiências de crédito mercantil concorrencial e, tal qual assumido pelos bancários, implica uma delicada noção de concorrência e cooperação interclasses. Refiro-me mais precisamente à ação de trabalhadores organizados, os investidores, convertendo sua massa de poupança em meio de subordinação formal de outros trabalhadores, os tomadores, mediante o comprometimento futuro de salário para pagamento dos juros que servirão para remunerar indiferentemente o capital de outros investidores, trabalhadores ou capitalistas. Entretanto, dir-se-ia que apenas os trabalhadores participam desse ciclo entre investidor-recebedor e tomador-pagador de juros e, nesse caso, mais crítico se torna o argumento aqui suscitado, pois a expropriação seria cíclica entre os salários dos trabalhadores-investidores e trabalhadores-tomadores, sem a possibilidade de ambos tentarem tirar a diferença no prejuízo de algum capitalista que estivesse envolvido na transação.

Além das experiências de crédito cooperativo as experiências de cooperativas habitacionais podem ser observadas nos sindicatos de São Paulo (SP), Ilhéus (BA), Campinas (SP), Muriaé (MG), Campos (RJ) e Rio de Janeiro (RJ). Dentre estas merece destaque o caso da Cooperativa Habitacional dos Bancários — BANCOOP, pois, tal qual declarado por um dirigente sindical, “A BANCOOP hoje é uma grande empresa de construção que atende

(13) *Folha Bancária*, edição de 9.1.2001.

(14) Disponível em: <<http://www.bancredi.com.br/default.asp>>.

aos bancários”. Embora apresentada como um serviço do sindicato para os associados⁽¹⁵⁾ a instituição aceita a adesão de qualquer pessoa e nota-se que a criatura superou em dezenas de vezes o tamanho de seu criador, pois seu orçamento era, em dezembro de 2005, superior a R\$ 460 milhões, tendo se configurado como a maior cooperativa habitacional em operação no país com 14.000 cooperados e 8.500 imóveis construídos ou em construção⁽¹⁶⁾.

Vinculada à BANCOOP estava a BANCON — Administradora de Condomínios e Serviços que prestava serviços nos empreendimentos já realizados pelos bancários e vende serviços no mercado para centenas de outros clientes, conforme declaração de um dirigente sindical do SEEB/SP⁽¹⁷⁾. Diferente da BANCOOP, a BANCON pouco é citada na FB⁽¹⁸⁾ e pouco é lembrada nos demais espaços de divulgação do sindicato. Entretanto, pode-se estimar que o porte uma terceirizadora de serviços em administração, segurança, limpeza e conservação que atua em pelo menos uma centena de grandes edifícios de São Paulo seja igual ou maior que o próprio sindicato.

As organizações constituídas na máquina sindical, citadas anteriormente, e a mobilização da categoria têm um suporte de comunicação em mais de oitenta jornais, entre tabloides e boletins, editados pelos sindicatos de bancários no país ligados à CUT e que, somados aos demais veículos impressos dos sindicatos ligados à CONTEC, representam uma tiragem conjunta próxima de um milhão de exemplares, embora a periodicidade seja variável. Dentre estes, o caso mais expressivo é a Gráfica dos Bancários, a BANGRAF do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Com capacidade para produzir até um milhão de cadernos impressos por dia, em apenas uma de suas rotativas, a BANGRAF é um dos maiores parques gráficos da América Latina⁽¹⁹⁾. O patrimônio da gráfica supera o patrimônio do próprio sindicato os seus lucros representam aproximadamente a metade das receitas anuais da entidade sindical, pois a outra metade, em média, corresponde às contribuições associativas conforme pode ser observado nos balanços dos últimos dez anos.

Todos esses serviços descritos envolvem orçamentos milionários e muitos dirigentes-gerentes para sua realização e aprimoramento. A gestão competitiva de tantos recursos patrimoniais e financeiros, conjugada com diversos outros fatores de ideologização neoliberal e intenso refluxo da ação sindical direta, tem promovido tendências históricas de institucionalização e confirmado clássicos apontamentos teóricos críticos da burocratização sindical, tal qual presentes em *Simão* (1981) ou *Martins* (1989).

Entre os sindicalistas a burocratização sindical ainda tem sido explicada parcialmente pela baixa renovação no quadro de dirigentes sindicais e conseqüente envelhecimento e apego dos “dinossauros” à máquina sindical. Entretanto, desde 2002, as diretorias sindicais têm apresentado acentuada dinâmica de renovação em virtude da redução do número de dirigentes oriundos dos bancos estatais, a emergência de novos dirigentes empregados

(15) Nas 418 edições da *Folha Bancária* pesquisadas, a BANCOOP é citada em 207 delas, ou seja, uma vez a cada duas edições em média, invariavelmente associando o sindicato aos sucessos dos seus empreendimentos e à promoção da qualidade de vida do “cidadão bancário”.

(16) Dados do Balanço Social da BANCOOP, publicação de julho de 2006.

(17) Busquei investigar se algum banco é cliente da BANCON, não obtive sucesso nas tentativas; entretanto, seria inusitado uma empresa “controlada” pelo sindicato prestar serviços terceirizados para uma instituição bancária.

(18) Referências à BANCON aparecem apenas duas vezes no período pesquisado.

(19) Dados sobre a BANGRAF podem ser obtidos na sua página eletrônica: <www.bangraf.com.br>.

de bancos estrangeiros e, especialmente, com a migração dos “dirigentes históricos” para cargos no governo federal após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

Verificada a renovação das direções sindicais, as reflexões recaem sobre as diferenças no perfil dos novos dirigentes que ingressam nos sindicatos e a declaração de um dirigente sindical é enriquecedora para compreensão das mudanças qualitativas que ocorrem associadas ao observado entre os bancários:

Como o pensamento único neoliberal afetou muito o pensamento de esquerda, solidário impondo um pensamento de estado mínimo, competitivo e nós tínhamos que ter dirigentes que refletissem a “nova” categoria que surgia com esse movimento, o que é verdade, a categoria mudou muito e o dirigente tem mesmo que entender isso, mas nós perdemos um pouco em consistência ideológica ao mesmo tempo que criaram-se dirigentes que têm mais condições de acompanhar as empresas, as mudanças...

Essa fase de renovação na direção sindical dos bancários não desmonta, contudo, o apego histórico aos cargos existentes e suas facilidades, que são fatores recorrentes e sofrem apenas mutações de complexidade. A análise dos textos dos congressos e conferências sindicais nacionais demonstra uma grande preocupação dos dirigentes com as restrições em torno da liberação paga pelos bancos, com a sua participação nas formas de remuneração variável. Algumas propostas apontam a necessidade de reorientação nos padrões de eficiência nas direções sindicais e a sua profissionalização, tal qual expresso por um de seus dirigentes mais influentes:

... nós precisamos uma reforma profunda, temos um número muito grande de sindicatos, sem capacidade de representação, aí sim teremos a condição de criar uma casta de dirigentes sindicais que possam ser profissionalizados, essa palavra é muito ruim, nós tenhamos condições de mantê-los no movimento com profundo controle da categoria, prestando contas para a base, com organização por local de trabalho como tentamos construir na década de 80.

A fala do dirigente contempla os fatores da complexa transição vivida pelos bancários situados em torno das angústias e das exigências do desempenho burocrático que se confrontam com o ideário de preservação de um perfil de luta e organização típicos dos anos oitenta. Todavia a trajetória de metropolização da organização sindical, da prestação de serviços e sua progressiva burocratização indica que a resolução desses conflitos dar-se-á acentuando essas características e tornando o ideário um fator residual na memória dos que viveram esse tempo, pelo menos até que o sindicalismo bancário trilhe os limites experimentados pelo movimento operário em diversas outras experiências históricas.

A ideologização observada entre os bancários confirma as clássicas formulações sobre a subsunção real do trabalho no capital, *Marx* (1987 e 1995), em que as forças produtivas são assimiladas como forças inerentes ao capital, ao qual o trabalho deve o seu empenho para manter o dinamismo do sistema. Essa inversão absoluta na ordem dos fatores implica a reivindicação do capital pelo trabalho, ou seja, o trabalho pede para trabalhar e, portanto, deve dedicar-se com toda intensidade para a autovalorização do capital que se tornou seu

provedor. Consagra-se, assim, a legitimidade imediata da exploração do trabalho e a aceleração da produtividade compartilhada pelos trabalhadores, os quais alimentam sua própria dispensabilidade em prol do capital sob a esperança de permanecerem integrados ou serem os últimos dentre os que ficarão sem trabalho.

A geração exponencial da riqueza fictícia que unifica as necessidades dos grandes capitalistas e se constituiu no amálgama da burguesia financeira é também o principal elemento de atração para a sobrevivência individual dos trabalhadores integrados aos núcleos de gestão financeira e se reproduz no entrelaçamento progressivo dos sindicatos com grandes massas de capital, seja para gerar e preservar relações de assalariamento, para suplementar o orçamento da entidade ou para obter poder de constrangimento e reconhecimento externo por meio dos grandes fundos de previdência, das sociedades incorporadoras habitacionais ou clubes de investimento de capital. Essa concepção de agente sindical ativo no processo de gestão do capital é fundamental para compreender as escolhas táticas dos bancários nas lutas operárias ou nas alianças por políticas públicas sem considerá-las desvios de compreensão histórica da luta dos trabalhadores, pois o são reflexivas e calculadas pela fração de classe que representam.

3. MOBILIZAÇÕES E PROTESTOS SEM RISCOS PARA OS TRABALHADORES

As evidências e implicações da burocratização sindical discutidas anteriormente são legitimadas pelos bancários não somente mediante a compra e venda de serviços gerais nos sindicatos ou do apoio às máquinas sindicais erguidas pelos seus dirigentes-gerentes. A construção desse sindicalismo que apontamos ocorre também no cotidiano das mobilizações, resignificando permanentemente o *ser* sindicalizado e seu correspondente *ser* dirigente. A burocratização tem uma face a mais nas novas lutas sindicais nas quais são constituídas práticas, que se poderia chamar de serviços de mobilização, que alteraram o perfil da ação sindical direta nos conflitos de interesses de classes entre os bancários. A especificação dessa classe de serviços e do perfil de dirigente que o executa é apontada com precisão na declaração de uma dirigente sindical:

Tem diferença sim de quem já estava no banco antes e os que entraram depois dessas mudanças todas iniciadas com o Collor e o FHC e os estrangeiros também, mesmo que o cara que entrou depois disso e tenha uma ideologia favorável para a gente ele não vem, fica na dele, tem medo e dá apoio uma hora ou outra muito pontual, o que ele quer mesmo é que o sindicato faça as coisas pra ele, alguns até cai a ficha e o cara fala mesmo que tá pagando pra isso e até pergunta, meio brincando ou a sério não sei, senão pra que pagar o sindicato? (...) Tá certo que ele elogia, até dá uma força quando a gente faz as coisas mas se precisar dele a gente não tem muito como contar não, e isso também em todos os bancos...

Durante toda a segunda metade dos anos noventa, as campanhas salariais foram marcadas pelas “greves inteligentes” em pontos estratégicos. Essa tática ocultava parcialmente os refluxos dos bancários nos conflitos, sua indisposição para a ação direta e ainda forçava seus dirigentes para assumirem posições historicamente cumpridas pelos militantes

mais ativos, também chamados de piqueteiros. A substituição dos bancários por seus dirigentes sindicais nos conflitos teve sua consagração como tática de ação nos preparativos da campanha salarial de 1999, quando 1.500 dirigentes de todo o país, reunidos no Rio de Janeiro, bloquearam o acesso a dezenas de unidades de trabalho e realizaram um protesto no qual, simbolicamente, incorporavam de vez a demanda relatada pela dirigente no trecho transcrito acima. Nos anos seguintes essa prática generalizou-se para os estados, e os sindicalistas escolhiam então cidades-polo para protestos itinerantes na tentativa de demonstrar aos banqueiros, e aos próprios bancários, o seu poder de ação. A postura dos sindicalistas é assim explicada por um dirigente:

Até início de 90 nós tínhamos esquemas de troca de pessoal que ia ficar nas manifestações, o pessoal de um banco ia para outro fazer piquete e assim por diante, agora quando a gente faz mobilização de banco isolado e ainda com as demissões apertando cada vez mais criou-se a situação de que a participação efetiva do bancário traria um desgaste para ele... .. então mudou o conceito, mudou e o sindicato para não comprometer o emprego do bancário acaba fazendo o papel que deveria ser feito pelo bancário, o dirigente vai para frente do banco e faz uma paralisação de uma ou duas horas sem expor e comprometer o bancário...

Assim, tornaram-se frequentes fotos nos jornais sindicais onde aparecem dois ou três dirigentes, ou pessoas contratadas para esse fim, segurando alguma faixa de protesto em frente ou até ao lado da entrada principal de uma agência bancária, sem a presença de qualquer outro militante bancário. Progressivamente as paralisações foram sendo assimiladas pelas gerências locais que buscavam acordar sobre a sua duração e abrangência, conforme descrito por outro dirigente sindical:

Na última campanha os banqueiros estabeleceram a tática seguinte: manifestação até as 10 h tudo bem, tava liberado, depois o negócio é trabalhar. Deu prá aproveitar um pouco aqui em SP e outros centros que o pessoal vem mais cedo e tem bastante gente, mas nos sindicatos pequenos em geral o pessoal chega mesmo é às 10 h e quer entrar para trabalhar, aí não teve campanha.

Alguns dos motivos da acomodação da ação sindical às condições patronais, revelados na fala do dirigente bancário, são acidamente denunciados por um executivo da federação nacional patronal em entrevista:

E por que faz acordo com o gerente? Porque é a única forma que ele tem de não sofrer a contrapressão do banco, se ele ficar até onze horas o banco não faz nada, mas se ele ficar o dia inteiro o banco vai usar seus meios também, tem aí o interdito proibitório, a conversa com os empregados para dizer para ele que ele tem que trabalhar e tem uma série de coisas que o banco pode fazer, é a contrapressão. Agora se faz um acordo e é campanha salarial tudo bem, e na maioria das vezes funciona, mas às vezes dá zebra e vem contrapressão, porque às vezes ocorre que os funcionários não estão satisfeitos com algo específico e querem aproveitar a deixa para protestar o dia inteiro, mas querem protestar com a proteção do sindicato, porque se fizerem isso sozinhos no dia seguinte eles estão na rua, e daí que complica porque o sindicato fez um acordo, e por que que fez acordo? Porque sem acordo vem contrapressão e dificilmente o movimento se realizará. Por quê? Porque ele não é legítimo.

Verifica-se, portanto, uma dinâmica, na qual o sindicalista assumiu a institucionalização do protesto, que ficou registrada em centenas de manchetes dos jornais sindicais tais quais “O sindicato paralisou a agência...”, “O sindicato mostrou aos banqueiros...” e tantas outras em que o sindicato aparece como o autor-substituto da ação direta no conflito entre bancários e banqueiros. Sem capacidade de mobilização direta dos trabalhadores, a prática sindical conformou-se progressivamente com manifestações consentidas ou toleradas pelos gerentes enquanto não inviabilizavam o atendimento, pois os eventuais transtornos geralmente são compensados com a prorrogação dos serviços até o completo atendimento do movimento do dia. A posição dos sindicalistas e dos manifestantes bancários bem comportados foi assim considerada por um gestor patronal da área de relações trabalhistas de um banco:

Hoje, com a participação nos lucros e resultados, o banco parado significa prejuízo para o próprio bancário, então o sindicato percebeu isso e modernizou suas técnicas fazendo com que a unidade não pare, usando do seu poder de representatividade para interromper parcialmente as atividades. O sindicato tem direito à paralisação com representatividade e demonstrou objetividade e maturidade fazendo mobilizações passivas e parciais, assim não interferiam nos negócios em si. Não vi de parte de nenhum banco nenhuma animosidade com esse tipo de manifestação, um respeito mútuo onde o sindicato foi respeitado no seu trabalho, onde o sindicato demonstrou grande respeitabilidade, muita dignidade de luta, de representatividade, demonstrou que consegue discutir sem barbarizar.

Desgastados com manifestações cuja presença de bancários era inexpressiva, os dirigentes sindicais intensificaram as campanhas institucionais-publicitárias envolvendo diretamente a personalidade de alguns banqueiros, suscitaram dúvidas sobre a boa prática bancária dos principais bancos e sobre a credibilidade de algumas instituições conforme descrito por um dirigente sindical:

Agora o movimento tá mais definido, é concentrar forças e atingir os bancos diretamente, é conseguir parar um banco enquanto todos estão funcionando e explicar o porquê disso na população e atingir a confiança, a imagem da instituição bancária na mídia, esse é o ponto entendeu, e nós temos força para isso se a gente quiser, podemos fazer muitas coisas.

As instituições mais atingidas foram o Banco Itaú e o Unibanco. Os bancários aproveitaram a campanha publicitária do banco Itaú, cujo mote era o símbolo arroba com um **i** em seu interior, associaram a **inferno** e reeditaram cadernos-almanaque com anedotas onde “Bob Set”, em alusão a Roberto Setúbal, diretor-presidente do banco, aparecia sorridente com chifres e tridente açoitando bancários e clientes em um caldeirão com a marca do Itaú. O Unibanco, cujo presidente Gabriel Ferreira ocupava a presidência da FENABAN, chegou a publicar nota explicativa na capa do Jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º de novembro de 2001, explicando-se à população sobre a pancadaria ocorrida dias antes na sede do banco envolvendo força policial, solicitada pelo banco, e os bancários que realizavam dia de protesto.

A campanha salarial deste ano, intensamente preparada, foi um marco de esgotamento para a tática dos dirigentes bancários. No dia nacional de protesto, ocorrido em 26 de setembro de 2001, centenas de unidades bancárias tiveram seu funcionamento parcialmente

paralisado nos moldes já descritos, porém a reação patronal surpreendeu dezenas de dirigentes que foram presos e tiveram os equipamentos sindicais de agitação apreendidos por força policial. Por orientação da Federação Nacional dos Bancos — FENABAN, diversos bancos obtiveram liminares favoráveis a um recurso judicial, o interdito proibitório⁽²⁰⁾, que vedava a presença dos dirigentes sindicais, carros de som ou quaisquer outros recursos de mobilização coletiva nas proximidades das unidades bancárias.

Embora alguns bancos já tivessem utilizado este recurso em anos anteriores, a generalização do interdito de aproximação e presença, e a conseqüente ameaça de prisão, afetou negativamente a já reduzida capacidade de mobilização coletiva dos bancários, desfavorecendo-os diretamente nas mesas de negociações. Ameaçados e temerosos os bancários apresentaram poucos focos de resistência e as propostas patronais foram aprovadas, tanto neste ano quanto nos anos seguintes, sem recuperar as perdas salariais acumuladas no salário fixo e ainda reduzindo direitos históricos dos bancários.

Evidenciou-se nestas campanhas a exaustão da capacidade de mobilização e constrangimento sem a participação direta dos trabalhadores nas ações de protesto, contudo o remodelamento tático dos bancários levou-os a acentuar o uso de um conjunto de recursos patrimoniais, informacionais e de participação político-institucional acumulados pelos sindicatos.

Esta dinâmica foi classificada por um dirigente como “terceirização da ação sindical”, pois, mesmo nos sindicatos menores, tornou-se comum os protestos dependerem da presença de funcionários do sindicato ou de “outros apoiadores”⁽²¹⁾, e os jornais e panfletos sindicais serem distribuídos à categoria e aos clientes por empresas especializadas nesses serviços. Apontou ainda, como práticas emergentes, a barganha com as gerências locais envolvendo as contas sob controle ou influência da entidade e o levantamento de informações sobre a fragilidade do sistema para serem utilizadas no constrangimento dos bancos ou empresas em momentos específicos; tal qual ocorrido quando foram expostas nacionalmente as facilidades para a quebra de sigilo bancário, obtenção de documentos de cadastro e outras informações privilegiadas dos bancos, provocando escândalos com a exposição de extratos de contas e dados cadastrais de personalidades públicas amplamente divulgadas na imprensa⁽²²⁾.

As diversas fases vividas pelo sindicalismo bancário neste período são compreensíveis quando analisadas sob o referencial teórico das duas lógicas da ação coletiva na organização dos interesses de classe, detalhadas por *Offê* (1984). Nesta perspectiva, os sindicatos têm a gênese de seu poder de ação alocada no vencimento de seus associados para *fazer* e não no fato de *pagar* para fazer, sendo este o motivo da completa anacronia presente na noção

(20) O interdito proibitório é um recurso liminar na forma de mandato por meio do qual um proprietário pode solicitar força policial para combater ameaças de iminente tomada parcial de uma propriedade ou tomada total da propriedade, por meio de atos violentos e/ou clandestinos.

(21) Expressão genérica que oculta a contratação de pessoas que inicialmente auxiliariam na logística das manifestações mas que aparecem em diversas fotos como se fossem manifestantes bancários, segurando faixas ou “pirulitos” ou ainda fazendo o papel de piqueteiros.

(22) A campanha provocou estado de alerta em diversas entidades e personalidades que temiam seus dados bancários “vazados” ao público, especialmente aquelas envolvidas na simbiose bancos-mercados ilegais conforme apontado no capítulo dois. Alguns títulos de matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* em abril de 2001: Terceirização fragiliza o sigilo bancário; Febraban admite que terceirizado acessa dados; Advogado de Xuxa ameaça processar banco; Até movimentação e cadastro de FHC podem ser obtidos dos bancos.

de cliente conferida ao sindicalizado por algumas experiências de planejamento estratégico centrado no cliente adotadas em alguns sindicatos. Diferente da organização de interesses patronais, cujo desafio é convencer o capitalista individual a pagar por sua associação, na organização dos interesses dos assalariados a constituição do poder de ação implica necessariamente a coletivização dialógica da ação, pois as conquistas individuais do trabalhador assalariado estão limitadas por barganhas marginais, obtidas em condições extemporâneas do mercado de trabalho.

Ante o capitalista, o trabalhador assalariado somente negocia sua força de trabalho em condições favoráveis quando se expõe aos riscos inerentes dos conflitos de interesses de classes, especialmente o risco de ser substituído por outro trabalhador, possivelmente terceirizado, que aceite as condições colocadas para a contratação. Portanto, é o posicionamento ativo do trabalhador no conflito que constitui o poder de ação sindical e jamais o seu inverso.

Quando os trabalhadores e seus dirigentes relaxam da condição dialógica primária, que exige a *atuação* direta do trabalhador nos conflitos, passam então a comprar e vender serviços entre si, e o sindicato perde progressivamente sua condição de resistência aos avanços da exploração do trabalho. Dessa forma constitui-se na burocratização monológica um sindicalismo que somente se revela a si mesmo na exaustão de suas contradições e na emergência de sua própria superação. Essa regra é válida inclusive para os mais recuados objetivos de representar estritamente os interesses dos *seus* associados, perante os *seus* respectivos empregadores, e manter a luta tão somente conformada nos patamares da conjuntura econômica, sem provocar qualquer sobressalto que possa ameaçar o emprego na *sua* categoria especificamente. Nesse sentido o sindicalismo bancário, centrado nos grandes sindicatos metropolizados e constituindo grandes máquinas sindicais para prestação geral de serviços e protestos institucionalizados, avançou progressivamente em um ciclo de aproveitamento de oportunidades táticas, conforme a teoria sociológica do oportunismo⁽²³⁾.

Distante das condições favoráveis proporcionadas pela ação direta de confronto e constrangimento à aceitação de suas propostas mais avançadas, os sindicatos buscam obter vantagens apenas com a ameaça, ou a simulação, de mobilização e protestos. Segue-se, pois, o princípio de acumular porte e recursos institucionais para promover o simulacro de mobilizações e protestos que provoquem tanto o temor externo quanto a adesão interna. Conjugando ambos os fatores, o sindicato obtém relativas conquistas ante os capitalistas sem grandes conflitos e mantém-se ativo como organização representativa dos interesses imediatos dos trabalhadores. Porém, esta tática tem seu limite quando, desprovidos da capacidade de ação direta, os trabalhadores defrontam-se com a negativa do patronato em ceder apenas com a ameaça.

Sob essas condições as noções de crise são sempre discutíveis, pois, como é o caso dos bancários, para si o sindicalismo encontrou, ou está próximo de obter, um ponto satisfatório

(23) O termo oportunismo tem caráter estritamente analítico, refere-se fundamentalmente ao aproveitamento de oportunidades táticas em detrimento de princípios estratégicos. Segundo o autor: "O oportunismo, então, é um tipo de prática organizacional que resolve os problemas ligados à coexistência precária das duas lógicas da ação coletiva que encontramos como elementos específicos da classe nas organizações operárias. A solução dada é o privilegiamento do padrão monológico da ação coletiva" (OFFE, 1984, p. 106).

entre o reconhecimento interno, que pode ser constatado pela estabilidade dos elevados índices de sindicalização, e o reconhecimento externo que pode ser constatado pela aceitação de um determinado padrão de ação sindical liberal, pela projeção de seus líderes aos ambientes de regulação política e adicionalmente pela atuação bem-sucedida de suas instituições no mercado. Assim, falar de crise no sindicalismo bancário só tem razão de ser nas elaborações analíticas e na crítica política, pois esse é um assunto temporariamente fora de questão para esses próprios trabalhadores. Tanto o é que a última vez que tal assunto ocupou a pauta de discussões nos fóruns nacionais dos bancários foi em junho de 1997, no II Congresso da Confederação Nacional dos Bancários da CUT — CNB/CUT, entidade antecessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro — CONTRAF. Nas deliberações dos congressos e conferências que o sucederam, não constam referências críticas à qualquer crise na concepção, prática ou estrutura sindical dos bancários. Dentre todas as teses apresentadas para o IV congresso, realizado em julho de 2003, consta apenas uma referência genérica de crise de representação em uma tese de uma tendência minoritária. No mais, os bancários discutem todas as variantes de crises possíveis no planeta: sindical dos outros segmentos, ambiental, econômica, ético-biológica, saúde, educação e tantas outras.

A trajetória previsível para esse ciclo de aproveitamento de oportunidades táticas é a superação histórica da organização e o retorno qualitativo ao estágio da ação direta “sob nova direção” dos membros que se reorganizarem para sustentá-la após a sua recriação. Até lá os bancários já apresentam ao país uma lição de ajustamento pragmático para ampliação da subsunção real do trabalho com suas elevadas taxas de sindicalização e suas poderosas máquinas de prestação de serviços sindicais, entre os quais se incluem serviços de mobilização e campanhas institucionais em defesa da categoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos noventa, os sindicatos dos bancários preservaram elevados os índices de sindicalização relativa apesar da redução, pela metade, no estoque de emprego formal nos bancos. Tal conquista só foi possível porque os sindicatos dispensaram do cálculo os terceirizados e continuaram representando estritamente aqueles trabalhadores formalmente reconhecidos como tal pelos empregadores. Evidenciou-se a competição estabelecida entre vendedores de força de trabalho e entre esses e os compradores no mercado. Determinadas frações entre os bancários transigiram um declínio progressivo das suas condições gerais de contratação do trabalho em detrimento de outras frações que tiveram suas condições rapidamente precarizadas para atenuar as exigências da massa salarial a cargo dos financistas.

Constituído por aqueles trabalhadores formalmente integrados aos bancos, o sindicalismo novo dos bancários quase desapareceu nas micro e pequenas entidades e constituiu grandes máquinas sindicais com serviços de apoio à capacitação para o trabalho, especialmente voltada para a gestão do capital, grandes empresas, cooperativas de serviços de crédito, cooperativa incorporadora habitacional e outras iniciativas que lhes servem de importante suplementação orçamentária. As novas máquinas exigiram também dirigentes

sindicais aptos a gerenciá-las em conformidade com “o que realmente interessa para a categoria”, conforme expresso por um dirigente em entrevista. Há, entretanto, um diferencial desse novo dirigente quando comparado com o clássico burocrata sindical, pois o dirigente deste sindicalismo novo é também um hábil prestador de serviços de mobilização e de campanhas institucionais que “protegem” o bancário dos riscos da exposição na luta por melhores condições de trabalho.

A sustentação da sindicalização na venda de serviços sindicais, que tentam inclusive substituir o próprio bancário na ação sindical, implica o enfrentamento desse sindicalismo com os paradoxos do padrão monológico aplicado à ação coletiva. Ao comprar as campanhas institucionalizadas como um produto que a máquina sindical aprendeu a fazer benfeito o bancário destrói o fator constituinte do poder de ação dos trabalhadores, que é a coletivização da ação.

Essa trajetória evidencia o ajustamento desses trabalhadores aos avanços do capitalismo fazendo pouco sentido persistir considerando a ação dos bancários como expressão de qualquer crise reativa ou sem projeto estratégico, pois a parcela hegemônica desta fração de classe superou tal condição convencida de que sua melhor escolha é este modelo marcado pela gestão do realismo pragmático.

Finalmente é sempre importante considerar que os ciclos de mobilização operária contra a exploração do trabalho historicamente implicaram progressivos avanços nas formas de controle implantadas pelo capital, e é nessa perspectiva que se inscrevem as análises dos mecanismos de ampliação da subsunção real do trabalho no capital no sistema financeiro. As lutas operárias desconstituem e reconstituem as forças do capital, tal qual enunciado em *Marx* (1987), e as alterações nas formas de subsunção são uma resposta necessária dos capitalistas ao esgotamento provocado pelo trabalho nas condições formais da exploração. Nesse sentido, os trabalhadores bancários se tornaram expressão de uma luta social que tem o mérito de manter a organicidade de determinadas condições de intervenção nas relações de trabalho e forçar mudanças na gestão capitalista, todavia, destituída do seu caráter de classe e restrita às funcionalidades do capital, esta luta não ultrapassa os limites do sindicalismo para alcançar com força a esfera política integradora das lutas sociais.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo *et al.* O emprego formal no Brasil: início do século XXI. BALTAR, Paulo *et al.* (orgs.). *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Política social e reforma laboral no Brasil. *Relaciones Laborales*, Montevideo, 2005, v. 7, p. 64-82.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CNB/CUT — Confederação Nacional dos Bancários da CUT. *Democratização e controle social do sistema financeiro*. São Paulo: CNB/CUT, caderno s/d.

_____. *Rumo ao contrato coletivo de trabalho*. São Paulo: CNB/CUT, 1992.

- _____. *Sistema financeiro*. São Paulo: CNB/CUT, 1995.
- _____. *Pesquisa perfil dos bancários*. São Paulo: CNB/CUT, 1996.
- _____. *Resoluções do II Congresso*. São Paulo, junho de 1997, mimeo.
- _____. *Balanço antissocial dos bancos*. São Paulo, 1997, mimeo.
- _____. *Conferência sobre bancos estrangeiros na América Latina*. São Paulo, ago. 1998, mimeo.
- _____. *Resoluções do III Congresso*. São Paulo, set. 2000, mimeo.
- _____. *Resoluções da III Conferência*. São Paulo, jul. 2001, mimeo.
- _____. *Relatório (dossiê) da terceirização no sistema financeiro nacional*. São Paulo, jun. 2001, mimeo.
- _____. *Resoluções da IV Conferência*. São Paulo, jun. 2002, mimeo.
- _____. *Caderno de teses do IV Congresso*. São Paulo, jul. 2003, mimeo.
- COCHRANE JUNIOR, Leo Wallace. *Sistema financeiro: panorama e perspectivas*. São Paulo: IBCB, 1991.
- DIEESE — *Profissão bancário: perfil da categoria*. São Paulo, 1980, mimeo.
- _____. *Marcas da reestruturação do setor bancário brasileiro pós-94: concentração, internacionalização, privatização e desempenho*. São Paulo: Subseção CNB Bancários, Mimeo, 2000.
- FEBRABAN/FENABAN — Federação Brasileira de Associações de Bancos. *Balanço social dos bancos 1993*. São Paulo, 1994.
- _____. *Balanço social dos bancos 1994*. São Paulo, 1995.
- _____. *Balanço social dos bancos 1995*. São Paulo, 1996.
- _____. *Balanço social dos bancos 1996*. São Paulo, 1997.
- _____. *Balanço social dos bancos 1997*. São Paulo, 1998.
- _____. *Balanço social dos bancos 1998*. São Paulo, 1999.
- _____. *Balanço social dos bancos 1999*. São Paulo, 2000.
- _____. *Balanço social dos bancos 2000*. São Paulo, 2001.
- _____. *Balanço social dos bancos 2001-2002*. São Paulo, dez. 2002.
- GONÇALVES, José Ricardo B. Condições de trabalho e sindicalismo no setor bancário no Brasil. In: KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda; FERREIRA, José, O. S. (orgs.). *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar — PNAD 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- KREIN, José Dari; GONÇALVES, José R. Barbosa. Mudanças tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho e no sindicalismo do setor terciário. In: DIEESE/CESIT (orgs.). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE, 2005.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global, 1987.

_____. *Capítulo VI inédito de o capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1995.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Trabalho & sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. I e II.

_____. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.